

Resenha

Guilherme Augusto Dornelles de Souza*

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. Rio de Janeiro: Contexto, 2014, 640p.

Casos de “linchamento”, violência policial na repressão a manifestações populares, demandas por criminalização dos atos de “vandalismo”, debates em torno da desmilitarização da polícia, da redução da maioria penal, da legalização da maconha: questões relacionadas à criminalidade, à justiça criminal e juvenil, e às instituições de segurança pública encontram-se na pauta dos meios de comunicação e do debate público no Brasil. Em um cenário em que as declarações de políticos e gestores são marcadas às vezes mais pelo tom emocional do que pela reflexão crítica que tais questões merecem, o livro “Crime, Polícia e Justiça no Brasil” chega em boa hora.

Organizada pelos sociólogos Renato Sérgio de Lima, José Luiz Ratton e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, a obra apresenta um panorama do campo de estudos sobre crime e violência no Brasil. Atinge com sucesso o objetivo de ser um livro de referência, apresentando em seus sessenta capítulos a multiplicidade de posições, abordagens e perspectivas teóricas que constituem as discussões sobre segurança pública e sociedade. Essa diversidade de olhares é assegurada pelos setenta e oito autores que participam da obra e cujas áreas de estudo vinculam-se às ciências sociais e ao direito principalmente, mas também à história, geografia, economia, administração pública, psicologia, engenharia e medicina. Outro mérito da obra foi ter reunido, em uma mesma publicação, pesquisadores consagrados no campo, como a antropóloga Alba Zaluar e o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos, e jovens pesquisadores como a socióloga Camila Caldeira Nunes Dias, cuja tese, defendida em 2011, a respeito do Primeiro Comando da

Artigo
Recebido: 01/04/2014
Aprovado: 14/05/2014

Capital (PCC), tem produzido novas leituras acerca da relação entre o crime organizado e a gestão da segurança pública no estado de São Paulo.

Entre outras questões, são abordados o funcionamento da justiça penal, as práticas policiais e judiciais, os limites e possibilidades de reforma na administração da segurança pública, bem como os problemas produzidos pelo encarceramento e pela política proibicionista em relação às drogas. Discutir cada um dos sessenta capítulos do livro está fora do escopo dessa comunicação, mas cabe destacar alguns. No capítulo “Monopólio estatal da violência”, Sérgio Adorno e Camila Nunes Dias discutem o quanto faz sentido falar dessa noção no Brasil, abordando a violência endêmica da sociedade civil e os problemas da confiança dos cidadãos nas leis e nas instituições de justiça em um contexto de corrupção e impunidade e de falhas na justiça penal. Ao falar sobre “o fracasso da guerra às drogas”, Julita Lemgruber e Luciana Boiteux alertam sobre a importância de um debate sério sobre a descriminalização e o quanto a ilusão de um mundo “livre das drogas” tem produzido mais mortes do que as próprias drogas. Em “Segurança pública”, Arthur Trindade Costa e Renato Sérgio de Lima apontam que a reflexão sobre as práticas institucionais vigentes nas organizações policiais e a ampliação da participação social são passos essenciais para a formação de uma agenda democrática das políticas de segurança pública, mais do que a mobilização de novos conceitos ou categorias analíticas. Encerrando a obra, Adriana Loche et al. abordam a “avaliação de políticas em segurança pública”, discutindo tipos de avaliação possíveis, metodologias e formas de abordagem, apresentando ainda exemplos de avaliação de políticas e programas na área de segurança.

Claramente, a obra não tem a pretensão de colocar um ponto final nos temas que aborda, mas sim de ser um ponto de partida para novas discussões. Inspirado nos handbooks da tradição anglo-saxã, o livro é composto por capítulos breves que sintetizam o pensamento de seus autores, tornando a leitura agradável para quem se aproxima de algum dos temas pela primeira vez e dinâmica para quem já possui alguma familiaridade com os debates. Ao final de cada capítulo, os autores oferecem indicações bibliográficas para os leitores que desejarem aprofundar os temas abordados. Por sua amplitude e diversidade de abordagens, a obra “Crime, Polícia e Justiça no Brasil” é uma excelente referência tanto para estudantes quanto para pesquisadores e gestores do campo da segurança pública e da justiça criminal.